

# Sumário

## PARTE I Cooperação Internacional

### **CAPÍTULO 1 ► Cooperação judicial internacional: homologação de sentença estrangeira, carta rogatória e auxílio direto..... 23**

*José Maria Tesheiner  
e Felipe Waquil Ferraro*

1. INTRODUÇÃO .....	23
2. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA .....	25
3. CARTA PRECATÓRIA .....	26
4. CARTA ROGATÓRIA.....	31
4.1. ROGATÓRIA CITATÓRIA .....	32
4.2. ROGATÓRIA PROBATÓRIA.....	33
4.3. ROGATÓRIA EXECUTÓRIA.....	34
5. AUXÍLIO DIRETO .....	34
OBRAS REFERIDAS .....	37

### **CAPÍTULO 2 ► As regras sobre o exercício da jurisdição brasileira no Novo Código de Processo Civil ..... 41**

*Carmen Tiburcio*

INTRODUÇÃO.....	41
1. ART. 22, I E II, CPC/2015 (ART. 88, CPC/1973): NOVAS HIPÓTESES DE COMPETÊNCIA CONCORRENTE .....	42
1.1. ALIMENTOS .....	43
1.2. RELAÇÕES DE CONSUMO.....	46
2. ART. 23, II E III, CPC/2015 (ART. 89, CPC/1973): ALTERAÇÕES NAS HIPÓTESES DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA.....	47
3. ART. 22, III E ART. 25, CPC/2015: CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO .....	52
4. ART. 24, CAPUT E SÚNICO, CPC/2015 (ART. 90, CPC/1973): LITISPENDÊNCIA E HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS NA PENDÊNCIA DE AÇÃO PERANTE O JUDICIÁRIO BRASILEIRO .....	57
CONCLUSÃO .....	62

### **CAPÍTULO 3 ► Ações coletivas e danos transnacionais ..... 63**

*Aluisio Gonçalves de Castro Mendes  
e Larissa Clare Pochmann da Silva*

INTRODUÇÃO.....	63
1. A INSUFICIÊNCIA DAS FRONTEIRAS PARA A DELIMITAÇÃO DA TUTELA DE DIREITOS.....	64
2. OS DANOS TRANSNACIONAIS .....	67
3. A INEXISTÊNCIA OU INSUFICIÊNCIA DOS MODELOS DE DEMANDAS COLETIVAS .....	69

4. A RELEVÂNCIA DE UM MODELO DE DEMANDA COLETIVA TRANSNACIONAL .....	70
5. A PROPOSTA DE UM MODELO DE DEMANDA COLETIVA NO CENÁRIO DE DANOS TRANSNACIONAIS .....	74
CONCLUSÃO .....	77
REFERÊNCIAS .....	78

**CAPÍTULO 4 ► Ações coletivas transnacionais na perspectiva do Código de Processo Civil: adequação do sistema processual brasileiro, jurisdição e contribuições implementadas pelo estatuto processual de 2015..... 81**

*Juliano Colombo e Marco Félix Jobim*

1. INTRODUÇÃO .....	81
2. UBIQUIDADE DO CAOS: DANOS QUE NÃO RESPEITAM FRONTEIRAS.....	82
3. A RELAÇÃO JURÍDICA COLETIVA: CONCEITUANDO AÇÃO COLETIVA TRANSNACIONAIS E DANOS TRANSFRONTEIRIÇOS COLETIVOS.....	86
4. AÇÕES COLETIVAS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO: PRINCIOLOGIA, MODELO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E A (IM)POSSIBILIDADE DE NORMAS TRANSNACIONAIS PROCESSUAIS.....	88
5. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL, PECULIARIDADES E INOVAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: ADMISSÃO DE AÇÕES COLETIVAS TRANSNACIONAIS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO.....	95
6. HOMOLOGAÇÃO E EXECUÇÃO NA PERSPECTIVA DA AÇÃO TRANSNACIONAL: O ORDENAMENTO, A DOUTRINA E O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	97
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	100
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	101

**CAPÍTULO 5 ► Jurisdição adequada no Brasil (competência internacional): uma técnica de tipicidade flexível aplicável também aos processos coletivos transnacionais ..... 105**

*Graziela Argenta Zaneti*

1. INTRODUÇÃO .....	105
2. NÍVEIS DE REGULAÇÃO DA JURISDIÇÃO ADEQUADA.....	107
2.1. PRIMEIRO NÍVEL: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (O PROCESSO JUSTO DESDE A DEFINIÇÃO DA JURISDIÇÃO) .....	111
2.1.1. PRINCÍPIOS NORMATIVOS DO PROCESSO JUSTO RELEVANTES À DEFINIÇÃO DA JURISDIÇÃO ADEQUADA .....	114
2.1.1.1. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO.....	115
2.1.1.2. PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE .....	115
2.1.1.3. PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....	117
2.1.1.4. PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA ADEQUADA.....	118
2.1.1.5. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ PROCESSUAL.....	119
2.1.1.6. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO .....	120
2.2. SEGUNDO NÍVEL: AS REGRAS ESTABELECIDAS PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	121
2.3. TERCEIRO NÍVEL: A DISCRICIONARIEDADE FUNDAMENTADA – A JUSTIÇA SUBSTANCIAL NO CASO CONCRETO.....	123

2.3.1. FORUM NON CONVENIENS.....	124
2.3.2. FORUM NECESSITATIS .....	130
3. CONCLUSÕES .....	131
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	132

## **CAPÍTULO 6 ► A cooperação jurídica internacional no Código de Processo Civil de 2015..... 137**

*Flávia Pereira Hill*

1. INTRODUÇÃO .....	137
2. EXIGÊNCIA DE TRATADO OU RECIPROCIDADE VERSUS GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA E ISONOMIA. DISPOSIÇÕES GERAIS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	137
3. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL ATIVA E PASSIVA.....	143
4. CARTA ROGATÓRIA.....	144
5. AUXÍLIO DIRETO .....	150
6. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA .....	154
7. CONCLUSÃO.....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	163

## **CAPÍTULO 7 ► International cooperation and evidence in the nordic, baltic, and former socialist countries continental europe, and common law europe..... 167**

*Laura Ervo*

SUMMARY .....	167
1. GLOBAL COOPERATION – THE HAGUE 1970 CONVENTION .....	168
2. EUROPEAN COOPERATION .....	170
2.1. REGULATION.....	170
2.2. CASE LAW .....	174
2.3. REVIEW OF REGULATION 1206/2001 .....	175
3. OTHER FORMS OF COOPERATION .....	178
3.1. GENERALLY.....	178
3.2. REGIONAL COOPERATION.....	178
3.2.1. NORDIC COOPERATION .....	178
3.2.2. BALTIC COOPERATION.....	179
3.3. BILATERAL COOPERATION .....	180
4. SPECIFIC ISSUES.....	181
4.1. THE USE OF MODERN TECHNOLOGY .....	181
4.2. EVIDENCE IN EU LAW – INTELLECTUAL PROPERTY RIGHTS AND PRIVATE ENFORCEMENT OF COMPETITION LAW.....	187
4.3. SYSTEMIC PROBLEMS.....	188
4.3.1. STATE SOVEREIGNTY .....	188
4.3.2. NORWAY, ICELAND, DENMARK AND BREXIT.....	189
4.3.3. COMMON LAW – CONTINENTAL LAW – (SCANDINAVIAN LEGAL FAMILY) .....	189
4.4. PRACTICAL PROBLEMS .....	190
5. CONCLUSIONS .....	191

**CAPÍTULO 8 ► Cooperación procesal internacional y prueba ..... 193**

*Lorenzo M. Bujosa Vadell*

1. INTRODUCCIÓN .....	193
2. LAS DIMENSIONES CONSTITUCIONALES DE LA COOPERACIÓN PROCESAL.....	196
3. LA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL DEL DERECHO A LA PRUEBA .....	199
3.1. LA NECESIDAD DE LA COOPERACIÓN INTERNACIONAL PARA LA OBTENCIÓN DE PRUEBA Y SUS MODELOS.....	199
3.2. CUESTIONES GENERALES SOBRE COOPERACIÓN INTERNACIONAL PARA LA OBTENCIÓN DE PRUEBA .....	201
4. ALGUNOS AVANCES ESPECÍFICOS SOBRE LA OBTENCIÓN DE LA PRUEBA EN EL PROCESO CIVIL.....	213
5. ALGUNOS AVANCES ESPECÍFICOS SOBRE LA OBTENCIÓN DE PRUEBA EN EL PROCESO PENAL.....	215
6. EL RETO DE LA OBTENCIÓN TRANSNACIONAL DE PRUEBA ELECTRÓNICA .....	217
7. LA COOPERACIÓN TRANSNACIONAL PARA LA OBTENCIÓN DE PRUEBA Y EL INSTITUTO IBEROAMERICANO DE DERECHO PROCESAL: EL CÓDIGO MODELO DE COOPERACIÓN INTERJURISDICCIONAL PARA IBEROAMÉRICA.....	219
8. COOPERACIÓN PROCESAL EN MATERIA DE PRUEBA Y TRIBUNALES INTERNACIONALES .....	221
9. CONCLUSIONES .....	222

**PARTE II**

**Processo Internacional**

**CAPÍTULO 9 ► A litispendência internacional entre as expectativas por maior interação entre países, os limites legais e a vontade das partes ..... 227**

*Marco Antonio Rodrigues  
e Alex Velmovitsky*

1. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E O PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL.....	227
2. A LITISPENDÊNCIA INTERNACIONAL NA ÓTICA DA DOUTRINA CLÁSSICA.....	229
3. RECONVENÇÃO E CONEXÃO NA LITISPENDÊNCIA INTERNACIONAL.....	232
4. UM BRADO EM FAVOR DO EFEITO IMPEDITIVO DA LITISPENDÊNCIA INTERNACIONAL .....	234
5. A POSSIBILIDADE DE SE AFASTAR A APLICAÇÃO DO ART. 24 DO CPC POR MEIO DE CONVENÇÃO PROCESSUAL.....	238
6. CONCLUSÃO.....	243
REFERÊNCIAS .....	244

**CAPÍTULO 10 ► Reconhecimento de sentença estrangeira: análise do requisito da competência da autoridade estrangeira ..... 247**

*Daniel Gruenbaum*

1. INTRODUÇÃO .....	247
2. FUNDAMENTOS DA COMPETÊNCIA INTERNACIONAL INDIRETA .....	248
3. CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DA COMPETÊNCIA INTERNACIONAL INDIRETA.....	251
3.1. PRINCÍPIO DO ESPELHO (ALEMANHA, ARGENTINA, ÁUSTRIA, ITÁLIA) .....	252

3.1.1.	O CASO DO ALGODÃO .....	253
3.2.	CLÁUSULA GERAL DE CONEXÃO MARCANTE (FRANÇA, CANADÁ) .....	255
3.3.	LISTA DE FOROS ACEITOS (SUÍÇA, INGLATERRA) .....	256
3.4.	LISTA DE FOROS NÃO ACEITOS (PORTUGAL, URUGUAI).....	260
4.	COMPETÊNCIA INTERNACIONAL INDIRETA NO DIREITO BRASILEIRO .....	260
4.1.	IRRELEVÂNCIA DAS NORMAS ESTRANGEIRAS SOBRE COMPETÊNCIA.....	262
4.2.	COMPETÊNCIA INTERNACIONAL EXCLUSIVA.....	263
4.2.1.	AÇÕES RELATIVAS A IMÓVEIS SITUADOS NO BRASIL (ART. 23, I CPC).....	264
4.2.2.	INVENTÁRIO E PARTILHA DE BENS SITUADOS NO BRASIL (ART. 23, II E III CPC) .....	266
4.2.2.1.	EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL .....	267
4.2.2.2.	PARTILHAS CONSENSUAIS ESTRANGEIRAS E RELAÇÕES JURÍDICAS CLAUDICANTES .....	268
4.2.3.	ELEIÇÃO DE FORO ESTRANGEIRO EXCLUSIVO E CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM .....	270
4.2.3.1.	DIREITO ESTRANGEIRO.....	271
4.2.3.2.	UNIÃO EUROPEIA .....	271
4.2.3.3.	DIREITO BRASILEIRO.....	272
4.3.	COMPETÊNCIA INTERNACIONAL EXORBITANTE.....	274
4.3.1.	CONCEITO .....	275
4.3.2.	FUNDAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO .....	276
4.3.3.	EXEMPLOS DE FOROS EXORBITANTES .....	279
4.3.3.1.	NACIONALIDADE DO AUTOR .....	279
4.3.3.2.	MERA PRESENÇA DO RÉU NO FORO (TRANSIENT/TAG JURISDICTION) .....	280
4.3.3.3.	PRESENÇA DE BENS DO RÉU NO FORO (FORUM PATRIMONII).....	283
4.4.	IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO.....	285
4.4.1.	PRESSUPOSTO DO RECONHECIMENTO AFETADO PELA IMUNIDADE.....	286
4.4.2.	IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO .....	287
4.4.3.	EXEMPLOS .....	288
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	289

## **CAPÍTULO 11 ► Reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras e Código de Processo Civil de 2015..... 291**

*José Antonio Fichtner,  
Sergio Nelson Mannheimer  
e André Luís Monteiro*

1.	INTRODUÇÃO .....	291
2.	NORMATIVA APLICÁVEL À HOMOLOGAÇÃO DE DECISÕES ARBITRAIS ESTRANGEIRAS: REFORÇO À TEORIA DO MONISMO RADICAL .....	293
3.	INOVAÇÕES E POLÊMICAS .....	298
3.1.	HOMOLOGAÇÃO DE PROVIMENTO QUE DECIDE A RESPEITO DA JURISDIÇÃO DOS ÁRBITROS.	298
3.2.	HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL PARCIAL ESTRANGEIRA.....	306
3.3.	RECONHECIMENTO DE DECISÕES QUE CONCEDEM TUTELA PROVISÓRIA NA ARBITRAGEM: RELEVANTE INOVAÇÃO TÉCNICA, DESAFIO PRÁTICO E PROPOSTAS DE SOLUÇÃO .....	312
4.	CONCLUSÃO.....	322

**CAPÍTULO 12 ► Notas sobre a cláusula de eleição de foro estrangeiro ..... 323**

*Bernardo Latgé*

1. INTRODUÇÃO .....	323
2. A DELIMITAÇÃO DA JURISDIÇÃO NACIONAL: COMPETÊNCIA CONCORRENTE E EXCLUSIVA .....	325
3. A POSIÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA SOBRE O AFASTAMENTO DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA.....	328
4. A CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	331
5. A VALIDADE DA CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO ESTRANGEIRA.....	336
6. O CONTROLE EXERCIDO PELO MAGISTRADO.....	339
7. CONCLUSÃO.....	341
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	342

**CAPÍTULO 13 ► A competência da Justiça Federal para o auxílio direto no CPC/2015: uma análise à luz do artigo 109, III, da CRFB/88 ..... 345**

*Odilon Romano Neto*

1. INTRODUÇÃO .....	345
2. ASPECTOS GERAIS DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO CPC/2015 .....	346
3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, A JUSTIÇA FEDERAL E SUA COMPETÊNCIA .....	349
4. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA REGRA DE COMPETÊNCIA DO ARTIGO 109, III, DA CRFB/88.....	352
5. OS TRATADOS INTERNACIONAIS E SUA CLASSIFICAÇÃO EM TRATADOS-LEI E TRATADOS-CONTRATO ....	354
6. A INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 109, III, DA CRFB/88 E SUA VINCULAÇÃO AOS TRATADOS-CONTRATO .....	357
7. A REGRA DE COMPETÊNCIA DO ARTIGO 109, III, DA CRFB/88 NA JURISPRUDÊNCIA .....	363
8. A REGRA DO ARTIGO 34 DO CPC/2015 COMO MANIFESTAÇÃO DA REGRA DO ARTIGO 109, III, DA CRFB/88.....	369
9. CONCLUSÃO.....	371
10. BIBLIOGRAFIA.....	371

**CAPÍTULO 14 ► O forum non conveniens e o Processo Civil Brasileiro: limites e possibilidade ..... 375**

*Ravi Peixoto*

1. INTRODUÇÃO .....	375
2. FORUM SHOPPING.....	376
3. FORUM NON CONVENIENS .....	378
4. A DOCTRINA DO FORUM NON CONVENIENS E A SUA CARACTERIZAÇÃO NO DIREITO ESTRANGEIRO .....	380
4.1. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	380
4.2. INGLATERRA .....	381
4.3. AUSTRÁLIA.....	382
5. FUNDAMENTOS E CRÍTICAS DA DOCTRINA DO FORUM NON CONVENIENS – UMA AVALIAÇÃO INICIAL DO TEMA .....	383
6. A SITUAÇÃO DO TEMA NO BRASIL.....	385
7. CRITÉRIOS PARA A APLICAÇÃO DO FORUM NON CONVENIENS.....	390
8. EM BUSCA DE CRITÉRIOS COMPATÍVEIS COM O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....	393

9. CASOS DE APLICAÇÃO DO FORUM NON CONVENIENS .....	395
9.1. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL CONCORRENTE .....	395
9.2. A COMPETÊNCIA NO PROCESSO COLETIVO .....	399
9.3. A CLÁUSULA DE FORO DE ELEIÇÃO E A SUA ABUSIVIDADE.....	400
10. CONCLUSÃO .....	401
REFERÊNCIAS .....	401

**CAPÍTULO 15 ► Aspectos relevantes da homologação de decisão estrangeira..... 405**

*Rodrigo Frantz Becker*

INTRODUÇÃO.....	405
1. PROCEDIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO .....	406
2. LEGITIMIDADE .....	410
3. OBJETO DA HOMOLOGAÇÃO.....	411
4. REQUISITOS PARA A HOMOLOGAÇÃO.....	415
5. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA PARA HOMOLOGAÇÃO E COMPETÊNCIA PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO HOMOLOGADA.....	424
6. CONCLUSÃO.....	426
BIBLIOGRAFIA.....	427

**CAPÍTULO 16**

**A nova jurisdição civil e os tratados internacionais de direitos humanos: uma perspectiva de diálogo..... 429**

*Thiago Aleluia Ferreira de Oliveira*

DELIMITAÇÃO DO TEMA .....	429
1. A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	431
2. DIREITOS HUMANOS E A RELAÇÃO ENTRE DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO INTERNO: ALTERNATIVAS À TRADICIONAL NOÇÃO DE HIERARQUIA NORMATIVA .....	435
3. OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS COMO FONTE DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	443
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	451
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	452

**CAPÍTULO 17 ► A autonomia da vontade como expressão democrática do exercício jurisdicional: a cláusula de eleição de foro na harmonização jurídica multilateral e regional e no Código de Processo Civil Brasileiro de 2015 ..... 457**

*Valesca Raizer Borges Moschen,  
Hermes Zaneti Junior  
e Daniela Bermudes Lino*

1. INTRODUÇÃO .....	458
2. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO E SEUS PRESSUPOSTOS.....	460

3. A CONVENÇÃO DE HAIA DE 30 DE JUNHO DE 2005 E ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	462
4. PILARES FUNDAMENTAIS DA CONVENÇÃO DE HAIA DE 30 DE JUNHO DE 2005: A PRORROGAÇÃO DO FORO CONTRATUAL, DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS NÃO ELEITOS E RECONHECIMENTO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA .....	465
5. CONVENÇÃO DE HAIA E O PROTOCOLO DE BUENOS AIRES SOBRE JURISDIÇÃO EM MATÉRIA CONTRATUAL DO MERCOSUL .....	469
6. O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO (ART. 25 DA LEI 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015) COMO NOVO CENÁRIO DA ELEIÇÃO DE FORO NA PERSPECTIVA BRASILEIRA .....	470
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	474
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	475

### PARTE III

## Direito Comparado

### **CAPÍTULO 18 ► Gerenciamento de casos (case management) na Europa: uma abordagem moderna da justiça civil ..... 481**

*C.H. van Rhee*

1. INTRODUÇÃO .....	481
2. NIKOLAUS THADDÄUS (VON) GÖNNER (1764-1827) E SUAS PROZESSMAXIMEN .....	482
3. PHILIPS WIELANT (1441/42-1520) E SEU MANUAL DE PROCESSO CIVIL.....	485
4. PAPEL DO JUIZ E DAS PARTES A PARTIR DO SÉCULO XIX.....	488
5. REGRAS EUROPEIAS DE PROCESSO CIVIL.....	491
6. OBSERVAÇÕES FINAIS .....	498
BIBLIOGRAFIA.....	498

### **CAPÍTULO 19 ► Derecho de defensa y primera notificación al demandado: los estándares mínimos europeos ..... 501**

*Fernando Gascón Inchausti*

1. ACCESO A LA JUSTICIA, DEFENSA DEL DEMANDADO Y PRIMERA NOTIFICACIÓN EN EL PROCESO CIVIL .....	501
2. LA CUESTIÓN EN LA JURISPRUDENCIA DEL TEDH.....	503
2.1. EL ENFOQUE GENERAL .....	503
2.2. LOS ELEMENTOS RELEVANTES PARA EL ANÁLISIS.....	506
3. LA CUESTIÓN EN LA LEGISLACIÓN DE LA UNIÓN EUROPEA Y EN LA JURISPRUDENCIA DEL TRIBUNAL DE JUSTICIA: PUNTOS DE PARTIDA .....	509
4. LA PRIMERA NOTIFICACIÓN AL DEMANDADO EN LOS PROCESOS CIVILES DE FACTURA EUROPEA: LOS ESTÁNDARES MÍNIMOS EN LOS PROCESOS CIVILES «EUROPEOS».....	512
4.1. LOS MÉTODOS «EUROPEOS» DE NOTIFICACIÓN EN EL PROCESO MONITORIO EUROPEO Y EN EL PROCESO EUROPEO DE ESCASA CUANTÍA.....	513
4.2. LA GARANTÍA DE REVISIÓN.....	519
4.3. LA PRIMERA NOTIFICACIÓN AL DEUDOR DE UNA ORDEN EUROPEA DE RETENCIÓN DE CUENTAS .....	522
5. NORMAS QUE REGULAN DE MODO INDIRECTO LA PRIMERA NOTIFICACIÓN AL DEMANDADO: LA REBELDÍA EN EL ESTADO DE ORIGEN COMO MOTIVO DE DENEGACIÓN DEL RECONOCIMIENTO Y LOS ESTÁNDARES MÍNIMOS EN LOS PROCESOS CIVILES «NACIONALES».....	524



5.1.	LA REBELDÍA INVOLUNTARIA DEL DEMANDADO COMO CAUSA DE DENEGACIÓN DE LA EJECUCIÓN O DEL EXEQUÁTUR.....	526
5.2.	LOS REQUISITOS PARA LA EXPEDICIÓN DE UN CERTIFICADO DE TÍTULO EJECUTIVO EUROPEO.....	533
5.3.	EL CASO ESPECIAL DE LAS NOTIFICACIONES FICTICIAS.....	536
5.4.	LA SITUACIÓN EN EL REGLAMENTO DE ALIMENTOS.....	539
6.	LA TUTELA DEL DERECHO DE DEFENSA DEL DEMANDADO EN EL ÁMBITO DE LAS NOTIFICACIONES TRANSFRONTERIZAS.....	540
6.1.	EXIGENCIAS EN CUANTO A LA FORMA, EL IDIOMA Y EL RECEPTOR DE LA NOTIFICACIÓN.....	540
6.2.	GARANTÍAS ADICIONALES EN CASO DE REBELDÍA: LA SUSPENSIÓN DEL PROCESO.....	544
6.3.	GARANTÍAS ADICIONALES EN CASO DE REBELDÍA: LA DEMANDA PARA LA EXENCIÓN DE LA PRECLUSIÓN.....	546
7.	CONCLUSIONES.....	547

**CAPÍTULO 20 ► Treaty-making between public authority and private interests: the genealogy of the convention on the recognition and enforcement of foreign arbitral awards ..... 549**

*Florian Grisel*

ABSTRACT.....	549
1. THE ICC: THE ARCHETYPE OF A TRANSNATIONAL INSTITUTION.....	552
2. THE ROLE OF THE ICC IN THE GENESIS OF THE NEW YORK CONVENTION.....	553
3. A TRANSNATIONAL NETWORK OF EXPERTS AND THE UNFOLDING OF THE UN CONFERENCE.....	560

**CAPÍTULO 21 ► Procedural proportionality and flexibility in England and Brazil ..... 565**

*John Sorabji*

1. INTRODUCTION.....	565
2. STRUCTURAL PROPORTIONALITY.....	569
3. PROCEDURAL CASE TRACKS.....	570
4. ACTIVE COURT-BASED CASE MANAGEMENT.....	573
5. RULE COMPLIANCE AND EFFECTIVE CASE MANAGEMENT.....	575
6. FLEXIBLE FORMS OF PROCESS IN ENGLAND AND BRAZIL.....	580
7. BRAZIL AND ENGLAND: LESSONS FOR THE FUTURE.....	585
8. CONCLUSION.....	589

**CAPÍTULO 22 ► Strengthening civil justice cooperation: the quest for model rules and common minimum standards of Civil Procedure in Europe ..... 591**

*Xandra E. Kramer*

1. INTRODUCTION.....	591
2. EUROPEANISATION OF CIVIL PROCEDURE: STATE OF AFFAIRS AND SHORTCOMINGS.....	593
2.1. THE THREEFOLD HARMONISATION OF CIVIL PROCEDURE IN THE EU.....	593
2.2. STATE OF THE ART AND CHALLENGES: COHERENCE AND IMPLEMENTATION.....	595

3. THE EUROPEAN PARLIAMENT'S COMMON STANDARDS OF CIVIL PROCEDURE .....	598
4. THE ELI/UNIDROIT EUROPEAN RULES OF CIVIL PROCEDURE .....	600
4.1. REGIONALISATION OF THE ALI-UNIDROIT PRINCIPLES: EUROPE AND LATIN AMERICA .....	600
4.2. FROM TRANSNATIONAL PRINCIPLES TO EUROPEAN RULES OF CIVIL PROCEDURE.....	601
4.3. APPROACH AND MAIN CHALLENGES OF THE EUROPEAN RULES OF CIVIL PROCEDURE .....	603
5. JUDICIAL COOPERATION, EUROPEANISATION, AND GLOBALISATION OF CIVIL JUSTICE .....	606

**CAPÍTULO 23 ► Arresto de contas bancárias no espaço europeu de justiça – novo procedimento europeu de supressão do exequatur .....** **609**

*Lurdes Varregoso Mesquita*

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	609
2. MOTIVAÇÃO E CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO PROCEDIMENTO EUROPEU ESPECÍFICO PARA O ARRESTO DE CONTAS BANCÁRIAS .....	611
3. DECISÃO EUROPEIA DE ARRESTO DE CONTA (DEAC) – NOÇÃO E EFEITOS .....	615
4. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO REGULAMENTO 655/2014.....	617
5. OPORTUNIDADE DA PRETENSÃO .....	618
6. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL – REGRAS DE COMPETÊNCIA PARA EMISSÃO DA DEAC E PARA APRECIAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO .....	620
7. FUNDAMENTOS DA PRETENSÃO .....	621
8. EFEITOS DA DEAC.....	622
9. EQUILÍBRIO DO REGIME DA DEAC E (DES)PROTECÇÃO DO DEVEDOR .....	623
9.1. PROCESSO EX PARTE.....	624
9.2. EXIGÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA AO CREDOR.....	625
9.3. ISENÇÃO DE CERTOS MONTANTES .....	625
9.4. PRAZOS NO PROCEDIMENTO DA DEAC .....	626
9.5. VIAS DE «RECURSO» E PROTECÇÃO DO DEVEDOR.....	627
10. CONCLUSÕES .....	631
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	633

**CAPÍTULO 24 ► Special case management by judges, or special statutory provisions, for handling proceedings with foreign parties? .....** **637**

*Marco de Cristofaro*

1. THE PROBLEM.....	637
2. SECURITY FOR COSTS.....	638
3. COUNSEL AND LANGUAGE .....	641
4. SERVICE .....	647
5. EX OFFICIO CONTROLS UPON EFFECTIVENESS OF SERVICE AND UPON JURISDICTION .....	649

**CAPÍTULO 25 ► O Direito Alemão e a homologação de sentenças arbitrais anuladas ou confirmadas na sede .....** **653**

*Renato Resende Beneduzi*

1. INTRODUÇÃO .....	653
2. A CONCEPÇÃO DÉLOCALISÉE FRANCESA .....	655
3. DISCRICIONARIEDADE E NOÇÃO DE JUSTIÇA NO COMMON LAW .....	657
4. AFERIÇÃO DA ANERKENNUNGSFÄHIGSKEIT DA DECISÃO JUDICIAL QUE ANULA A SENTENÇA ARBITRAL.....	659
5. O PROBLEMA DA HOMOLOGABILIDADE AUTÔNOMA DE “AWARD JUDGMENTS” .....	663
6. APLICAÇÃO DESTAS IDEIAS NO DIREITO BRASILEIRO .....	666
7. BIBLIOGRAFIA.....	667

**CAPÍTULO 26 ► O Direito Processual Civil Internacional  
no Código de Processo Civil Português de 2013 ..... 671**  
*Rui Manuel Moura Ramos*

1. INTRODUÇÃO .....	671
2. PONTO DE SITUAÇÃO .....	672
3. A COMPETÊNCIA INTERNACIONAL .....	677
3.1. A REGRA SOBRE A COMPETÊNCIA INTERNACIONAL.....	677
3.2. OS FACTORES ATRIBUTIVOS DE COMPETENCIA INTERNACIONAL AOS TRIBUNAIS PORTUGUESES.....	679
3.3. A COMPETENCIA EXCLUSIVA DOS TRIBUNAIS PORTUGUESES .....	685
4. O RECONHECIMENTO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS.....	692
4.1. OS TERMOS DA REFORMA .....	692
4.3. APRECIACÃO .....	695
5. CONCLUSÕES .....	701